



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

## ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 6679/2006**

Ementa

**ALTERA A LEI 5.163/98, PARA RETIFICAR E MODIFICAR DISPOSIÇÕES SOBRE CONTENÇÃO DE FAVELAS.**

Data da Norma

**03/05/2006**

Data de Publicação

**12/05/2006**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 9532/2006](#) - Autoria: Prefeito Municipal**

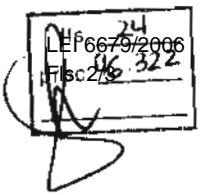
Status de Vigência

**Em vigor**

Observações

**Descritores: Administração Pública - promoção social.**

**Autor: ARY FOSSEN (PREFEITO MUNICIPAL)**



**LEI N.º 6.679, DE 03 DE MAIO DE 2006**

Altera a Lei 5.163/98, para retificar e modificar disposições sobre contenção de favelas.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 02 de maio de 2006, **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - As disposições abaixo elencadas da Lei nº 5.163, de 24 de agosto de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

*"Art. 8º - Os embargos consistem na imediata paralisação das obras ainda em andamento, sejam essas, ampliação ou construção."(NR)*

*"Art. 15 – A Comissão Deliberativa, constituída na forma do art. 37 desta Lei, tem a competência decisória de segunda instância para apreciação e decisão dos recursos interpostos aos Autos de Imposição de Penalidades."(NR)*

*"Art. 17 - (...)"*

*Parágrafo único - No caso específico das alíneas "a" dos incisos I e II do art. 3º desta Lei, constatada a infração pelos agentes fiscalizadores no momento de sua ocorrência, a recuperação da posse do bem será realizada, por meio do esforço imediato, com o emprego dos meios necessários e indispensáveis à restituição do bem público, lavrando-se o competente Auto de Infração, com a descrição das ações desenvolvidas."(NR)*

*"Art. 18 - O Auto de Infração será lavrado em 3 (três) vias, destinando-se a primeira ao autuado, e conterà:*

*I – nome do autuado e endereço;*

*II – local, dia e hora da lavratura;*

*III – descrição do fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;*

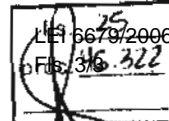
*IV – a indicação do dispositivo legal onde conste a infração e as penalidades;*

*V – intimação ao infrator para, no prazo de 15 (quinze) dias, ofertar impugnação, por escrito e dirigida ao Agente Supervisor da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, sob pena de lhe ser imposta a penalidade;*



(Lei nº 6.679/2006)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



*VI – assinatura do autuante, aposta sobre seu nome legível e seu cargo ou função;*

*VII – assinatura do autuado ou infrator, ou de seu representante, mandatário ou preposto, ou menção à circunstância determinante da impossibilidade ou recusa de assinatura.*

*Parágrafo único - Não sendo procedida a intimação na forma do inciso V deste artigo, aplicar-se-á o disposto no art. 26 desta Lei.”(NR)*

*“Art. 20 - (...)*

*§ 1º - (...)*

*§ 2º - A decisão pela improcedência da autuação, motivará o arquivamento dos autos. (NR)*

*§ 3º - A decisão pela procedência da autuação dará ensejo à lavratura do Auto de Imposição de Penalidade; (NR)*

*§ 4º - A não apresentação da impugnação no prazo legal acarretará a lavratura do Auto de Imposição de Penalidade, com a aplicação imediata do disposto no § 3º do art. 24 desta Lei.” (NR)*


*“Art. 24 – Ofertado o recurso e, após as diligências efetuadas, caso a Comissão Deliberativa, a seu próprio critério, entenda por efetivá-las decidirá, de forma fundamentada, pela manutenção ou não da penalidade imposta. (NR)*

*(...)”*

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**ARY FOSSEN**  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos três dias do mês de maio de dois mil e seis.

  
**GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS**